



## **A influência do capitalismo na obesidade e na desnutrição da população brasileira**

### **Autor(res)**

Karoline Honorato Brunacio  
Ana Clara Coelho  
Bruna Botelho Furtado

### **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

### **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE TAUBATÉ

### **Introdução**

A alimentação é um dos pilares fundamentais para a saúde e o bem-estar humano, mas atualmente é vista mais como mercadoria do que como necessidade básica. No Brasil, parte da população sofre com a desnutrição ao mesmo tempo em que enfrenta o avanço da obesidade. O capitalismo, como sistema de produção, gera grande impacto nessa realidade por meio da forma como organiza a produção, a distribuição e o consumo de alimentos. Com a industrialização, ocorreram mudanças significativas nos hábitos alimentares: alimentos ultraprocessados e processados, ricos em gorduras, açúcares e conservantes, tornaram-se mais acessíveis e práticos, enquanto alimentos in natura, mais saudáveis e nutritivos, passaram a ser mais caros e menos disponíveis para as camadas vulneráveis da sociedade. O aumento da desigualdade social, da fome, da obesidade e das doenças crônicas evidencia a irracionalidade de um sistema cujo objetivo não é atender às necessidades humanas, mas sim às do capital. Nesse contexto, os alimentos são tratados como mercadoria, em que o marketing e a venda se sobrepõem à qualidade e à saúde. Isso contribui para a obesidade, pelo excesso de ultraprocessados e desnutrição pela escassez dos alimentos in natura. Observa-se que a lógica de mercado influencia diretamente as escolhas alimentares, uma vez que a mídia, orientada pela indústria alimentícia, molda de forma contínua os hábitos de consumo da população. O excesso de propagandas de fast food e produtos industrializados em redes sociais, televisões e demais meios de comunicação reforça um ciclo de consumo de alimentos que, embora atrativos pelo preço, praticidade e apelo visual, são prejudiciais à saúde. Paralelamente, a escassez de alimentos in natura e minimamente processados, muitas vezes mais caros e de difícil acesso, limita a possibilidade de escolhas alimentares saudáveis, especialmente entre famílias de baixa renda.

### **Objetivo**

Objetiva-se analisar o funcionamento do acesso e da distribuição de alimentos em uma sociedade desigual e os impactos da distribuição irregular para a população. Esse processo resulta na manutenção de um sistema excludente, que intensifica a desigualdade social e expõe milhões de brasileiros à desnutrição e à obesidade.

### **Material e Métodos**

A metodologia adotada neste estudo consiste em uma revisão bibliográfica, caracterizada como pesquisa qualitativa e descritiva, sem formulação de hipóteses ou proposição de intervenção. Foram utilizados como fontes



livros e artigos científicos, selecionados por meio das bases Google Acadêmico e SciELO. O recorte temporal considerou publicações dos últimos dez anos, de modo a garantir a atualidade e a relevância das informações.

## Resultados e Discussão

De acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira, o ideal para a saúde é priorizar alimentos in natura ou minimamente processados. No entanto, grande parte da população não segue essa recomendação. Entre os grupos que mais consomem ultraprocessados estão os adolescentes, fortemente impactados por propagandas veiculadas em televisão e redes sociais como TikTok, Instagram e YouTube. Essas plataformas promovem fast food e outros produtos de baixo valor nutricional, além de associarem o lazer e a convivência social ao consumo de hambúrgueres, pizzas, refrigerantes e doces industrializados.

Outro grupo fortemente atingido é o de pessoas de baixa renda e moradores de periferias. Nessas regiões, há maior concentração de mercadinhos, bares, lanchonetes e lojas de conveniência, que oferecem principalmente produtos industrializados a preços mais acessíveis. Já os alimentos in natura, mais caros e de difícil acesso, são encontrados em menor quantidade, já que feiras e hortifrutas são escassos. A rotina exaustiva, marcada por longas jornadas de trabalho, também reduz o tempo disponível para o preparo de refeições mais saudáveis, reforçando a dependência de alimentos prontos e ultraprocessados (NAGIB; TAVARES; WOJCIECHOWSKI, 2025).

A baixa renda está diretamente ligada à ocupação de funções de baixa produtividade, pouca qualificação e salários reduzidos, como serviços gerais e trabalhos informais. Por outro lado, indivíduos de classes mais altas, mesmo em setores semelhantes, ocupam cargos de maior prestígio e remuneração, com melhores condições de vida. Essa estrutura evidencia como o sistema econômico brasileiro reproduz desigualdades, destinando os trabalhadores de menor renda a funções com menos retorno econômico, menos acesso a direitos sociais e maior exposição à insegurança alimentar. Consequentemente, famílias de baixa renda priorizam alimentos mais baratos e ultraprocessados, em detrimento de opções naturais e nutritivas, cujo custo é mais elevado.

Nesse cenário, o Sistema Único de Saúde (SUS) representa uma das principais ferramentas para reduzir desigualdades no acesso à saúde. No entanto, embora essencial, o SUS não consegue eliminar as desigualdades originadas pela renda. A saúde depende não apenas do atendimento médico, mas também de condições básicas de vida, como moradia, saneamento, renda adequada e, principalmente, alimentação saudável (JACINTO; SANTOS; TEJADA, 2012).

Conforme destaca Campino (1986), políticas públicas de combate à fome, desnutrição e insegurança alimentar não devem se limitar à distribuição de alimentos, mas enfrentar causas estruturais como desemprego, baixa renda, falta de saneamento básico, de água potável e de educação alimentar. O nível de renda é um determinante direto do estado nutricional infantil. Em estudo do IBGE para o UNICEF, verificou-se que a proporção de crianças de um a cinco anos com déficit ponderal ou estrutural diminuía conforme aumentava a classe de despesa familiar.

Assim, constata-se que o problema central não é a escassez de alimentos, mas a má distribuição de renda, que impede uma parte significativa da população de acessar uma alimentação adequada. A pobreza surge como fator determinante para a saúde e a nutrição, especialmente na infância. Além disso, evidencia-se que a influência do sistema econômico ultrapassa a esfera financeira, impactando o desenvolvimento físico, cognitivo e social das crianças brasileiras e perpetuando desigualdades que se refletem diretamente no estado nutricional da população.

## Conclusão

Conclui-se que a relação entre capitalismo, obesidade e desnutrição no Brasil revela um sistema que prioriza o lucro em detrimento da saúde. A ampla oferta e publicidade de ultraprocessados, somadas à dificuldade de acesso a alimentos in natura, intensificam desigualdades sociais e comprometem a segurança alimentar. Assim, torna-se



urgente repensar políticas públicas que ampliem o acesso a alimentos saudáveis, reduzam desigualdades e promovam melhor qualidade de vida à população.

## Referências

CAMPINO, Antonio Carlos Coelho. Aspectos sócio-econômicos da desnutrição no Brasil. \*Revista de Saúde Pública\*, fev. 1986. Disponível em: [\[https://www.scielo.br/j/rsp/a/JrqcPZ4CgnQm5Fv7Zs9dwJD\]](https://www.scielo.br/j/rsp/a/JrqcPZ4CgnQm5Fv7Zs9dwJD)(<https://www.scielo.br/j/rsp/a/JrqcPZ4CgnQm5Fv7Zs9dwJD>). Acesso em: 26 maio 2025.

ELIAS, Bianca Caroline; KONSTANTYNER, Tulio; MAIS, Laís Amaral; SILVA, Janiquelli Barbosa; WARKENTIN, Sarah. Fatores associados ao consumo de alimentos ultraprocessados em adolescentes brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2015. \*Revista Paulista de Pediatria\*, fev. 2021. Disponível em: [\[https://www.scielo.br/j/rpp/a/JWgwVySyZDCPLVdBmT3FqdC/?lang=pt\]](https://www.scielo.br/j/rpp/a/JWgwVySyZDCPLVdBmT3FqdC/?lang=pt)(<https://www.scielo.br/j/rpp/a/JWgwVySyZDCPLVdBmT3FqdC/?lang=pt>). Acesso em: 26 maio 2025.

FILHO, Olivio José da Silva. Contribuições para o debate da comida no capitalismo contemporâneo. \*Revista Katálisis\*, maio 2022. Disponível em: [\[https://www.scielo.br/j/rk/a/njsgDSBc9TDDytGTRhxQPMm/?format=pdf&lang=pt\]](https://www.scielo.br/j/rk/a/njsgDSBc9TDDytGTRhxQPMm/?format=pdf&lang=pt)(<https://www.scielo.br/j/rk/a/njsgDSBc9TDDytGTRhxQPMm/?format=pdf&lang=pt>). Acesso em: 26 maio 2025.

JACINTO, Paulo de Andrade; SANTOS, Anderson Moreira Aristides dos; TEJADA, César Augusto Oviedo. Causalidade entre renda e saúde: uma análise através da abordagem de dados em painel com os estados do Brasil. \*Estudos Econômicos\*, jun. 2012. Disponível em: [\[https://www.scielo.br/j/ee/a/L46SYPh5qvncsL93ngmdRdN/\]](https://www.scielo.br/j/ee/a/L46SYPh5qvncsL93ngmdRdN/)(<https://www.scielo.br/j/ee/a/L46SYPh5qvncsL93ngmdRdN/>). Acesso em: 26 maio 2025.

NAGIB, Gustavo; TAVARES, Sara Rebello; WOJCIECHOWSKI, Maciej John. Consumo alimentar na periferia da metrópole em fragmentação: diferenças e desigualdades em São Paulo (SP). \*Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais\*, 2025. Disponível em: [\[https://www.scielo.br/j/rbeur/a/CzQM4cS9xFZcRvwcVr4mTQr/?format=pdf&lang=pt\]](https://www.scielo.br/j/rbeur/a/CzQM4cS9xFZcRvwcVr4mTQr/?format=pdf&lang=pt)(<https://www.scielo.br/j/rbeur/a/CzQM4cS9xFZcRvwcVr4mTQr/?format=pdf&lang=pt>). Acesso em: 26 maio 2025.